

a sua família, muitas vezes a profissão ou ocupação que tinham, os costumes, tradições e clima social, político e religioso em que se formou a sua personalidade? Como se processará a sua readaptação? Que influência virão a exercer sobre os seus conterrâneos?

Diligenciámos, portanto, com a brevidade que se impunha a um trabalho desta natureza e com as limitações que resultam da insuficiência de dados, analisar aspectos qualitativos do retorno de emigrantes.

Num momento, porém, em que se manifestam algumas inquietações quanto à evolução económica de alguns dos principais países europeus de imigração, o estudo desses aspectos perde uma boa parte da sua importância diante da hipótese de um retorno maciço de emigrantes.

As dificuldades que, num tal caso, haveria que enfrentar e resolver são tão numerosas e tão cheias de implicações de toda a ordem que, mesmo depois de dominados os sintomas de crise agora indiscutíveis e retomado o ritmo de expansão económica daqueles países — o que provavelmente acontecerá em breve — não serão menos importantes e urgentes os esforços que as nações europeias «exportadoras» de mão-de-obra possam desenvolver, no sentido de se dotarem com um conjunto, amplo e maleável, de instrumentos e de instituições aptos a servir a execução de uma verdadeira política activa de mão-de-obra. Isso, como é evidente, além de outros objectivos muito mais gerais e ambiciosos mas certamente de muito mais difícil satisfação em curto prazo.

*Isabel
Faria
Martins*

A migração dos trabalhadores rurais para a indústria

Das várias formas que pode assumir a migração dos trabalhadores rurais para a indústria, consideremos a que se efectua nos moldes duma transferência, do campo para grandes centros urbanos, transferência temporária ou definitiva. Este tipo de migração implica problemas numerosos e complexos, às dificuldades de adaptação a um novo trabalho aliando-se as de integração num novo meio, agravados ainda quando a intenção de «provisório» ou de «definitivo» se esbate nas condições circunstanciais. Além disso, se a importância das migrações internas é actualmente, em Portugal, um facto largamente observável, a própria localização das unidades industriais parece favorecer mais uma migração em

termos de mobilidade geográfica do que um emprego industrial na zona rural ou suficientemente próximo para implicar, no máximo, deslocações diárias.

As migrações internas constituem um importante fenómeno, mas para além duma atitude de preocupação perante as suas consequências, são quase inexistentes, se não nas intenções pelo menos nos efeitos, as medidas que poderiam canalizar e aproveitar benèficamente esta mobilidade, medidas tendentes a uma «racionalização» do fenómeno migratório.

O termo «racionalizar» é o mais adequado, na medida em que exprime mais largamente a situação.

Em primeiro lugar, o processo da migração, o modo como se efectiva, pela referida carência de estruturas de apoio, é caracterizado pela «espontaneidade». Esta «espontaneidade» manifesta-se na atitude do trabalhador rural que abandona o campo na única procura dum «emprego melhor», imagem não definida, para além dum salário mais elevado e certo, quer no Verão quer no Inverno; a concretização desse «emprego», a relação do salário mais elevado com o custo de vida no meio urbano, a transferência da mulher e dos filhos para a cidade, são aspectos da situação não ponderados. A «espontaneidade» acompanha todo o sequente desenrolar do processo migratório; os amigos, conterrâneos, familiares são as estruturas espontâneas¹ que apoiam o projecto de migração, por vezes a própria empresa a quem são adjudicados trabalhos em zonas rurais ou que aí vai recrutar pessoal. Estas estruturas improvisadas, ou, na sua ausência, a iniciativa isolada do trabalhador mais desprotegido, abrem, naturalmente, caminho para os centros onde «há mais possibilidades», e não para aqueles onde a mão-de-obra seria mais necessária e mais proveitosamente integrada — proveito ao nível da economia nacional, dos interesses da empresa, e dos interesses individuais do trabalhador.

Parece claro que por «espontaneidade» se pretendeu definir uma situação, em que a falta de informação acompanha a decisão de migrar, e em que a migração se faz por oportunidades casuais, por oposição a decisões informadas e ponderadas e a um movimento migratório onde exista uma escolha entre possibilidades delineadas. No entanto, embora se pretendesse não incluir nesta definição os aspectos mais profundos, relativos a causas e consequências da migração, acontece que o abandono que não é acompanhado dum mínimo de informação exclui a hipótese duma atracção cidadina, e que um movimento migratório perfeitamente casual

¹ Num estudo recentemente realizado no Instituto Nacional de Investigação Industrial — «Adaptação do trabalhador de origem rural ao meio industrial e urbano» — verificou-se que, de 87 trabalhadores entrevistados, 1 % recebera ajuda oficial, enquanto que quase todos os trabalhadores tinham familiares ou conhecidos em Lisboa, e 44 % apontaram expressamente a ajuda desses familiares e conhecidos.

implica também um certo tipo de atitudes, onde, por exemplo, a intenção de «provisório» ou de «definitivo» se diluem nas oportunidades encontradas, como referimos no início.

Esta observação introduz o segundo ponto a salientar. Não é possível definir um fenómeno migratório apenas pelas situações explícitas, sem um conhecimento das suas causas e consequências profundas. Do mesmo modo, uma tomada de medidas, requer um prévio conhecimento da realidade. A carência de meios que favoreçam a adaptação dos migrantes é também reflexo da carência de estudos sobre o assunto. A compreensão do fenómeno da migração em Portugal tem sido, várias vezes, procurada em estudos realizados noutros países. No entanto, só a um nível de considerações gerais — considerações, portanto, com um conteúdo informativo restrito — são possíveis os paralelismos. O trabalhador rural português emigrado para a cidade, permanece, como os trabalhadores rurais de outros países, em situação de «marginalidade», empenhado na sua esperança de promoção pessoal, encarrando a actividade profissional como um emprego e não como uma condição. Mas a situação do trabalhador português define-se por dimensões específicas: o desnível cultural entre o campo e a cidade é, no nosso país, extremamente acentuado²; a «promoção pessoal» não constitui um projecto definido, para o trabalhador que desconhece todo o funcionamento da sociedade e cuja mentalidade se caracteriza pelo conformismo e, objectivamente, essa «promoção» reduz-se ainda a procura de meios de subsistência, ao contrário do que sucede noutros países, com níveis de vida mais elevados; a «insensibilidade» dos trabalhadores rurais migrados, no nosso país, às tensões e insatisfações do meio industrial e urbano, reside mais na referência a situações piores do que na melhoria económica trazida pelo novo emprego, ou na esperança.

Verifica-se assim que o carácter desordenado e casual das migrações é reflexo duma ausência de estruturas de apoio, e também reflexo duma atitude indiferenciada por parte dos trabalhadores — na decisão de abandono e nos projectos — movimentados sobretudo por forças de repulsa. Essa atitude revela-nos, por sua vez, os aspectos mais profundos da realidade, por eles condicionada, e condicionando-os, de tal modo que só a necessidade de esquematizar permite a separação dos dois aspectos.

É neste contexto, anteriormente a uma tomada de medidas gerais, tendentes a solucionar os problemas de migração, que se situa o papel das empresas na adaptação dos trabalhadores migrados. É indiferenciada a atitude destes, quanto à percepção do trabalho que vão realizar e de todo o funcionamento duma em-

² Dos trabalhadores abrangidos pelo inquérito, do já referido estudo realizado pelo I.N.I.L., 17 % eram analfabetos e 11 % sabiam ler mas não tinham o exame da 3.ª classe. As afirmações que se fazem a seguir, no texto, são ainda baseadas em conclusões desse estudo.

presa industrial. A empresa que praticasse uma política de formação e informação do seu pessoal disporia já de meios essenciais para facilitar a integração dos trabalhadores rurais, tornando-se essa integração apenas um caso específico dentro duma política geral. No entanto, a organização da maioria das empresas portuguesas não favorece a integração dos seus operários. A aprendizagem do ofício, na empresa, processa-se, geralmente, pelos meios mais empíricos³; as perspectivas de promoção quase se cingem à subida de salários; sobre todos os aspectos, desde o conteúdo do trabalho, ao salário líquido, à hierarquia e disciplina na empresa os trabalhadores têm ideias imprecisas. Por outro lado, certas instituições que poderiam facilitar a integração dos trabalhadores, não só profissionalmente, mas também na sociedade urbana — a assistente social, o sindicato — ou não existem, ou são desconhecidas pelos trabalhadores vindos do campo, ou inoperantes. Considerando o caso particular da construção civil, para exemplificar a estreita união existente entre atitudes dos operários e funcionamento das empresas, é notória a instabilidade do pessoal deste ramo de indústria, que se emprega «nas obras» temporariamente, enquanto dura a escassez de trabalho no campo e/ou esperando juntar economias para comprar «umas terras». Mas acontece que as empresas de construção civil não conseguem assegurar ao seu pessoal um emprego permanente, acrescentando-se ainda a dispersão das diversas obras, o que faz com que a solução imediatamente mais fácil para estas empresas seja o recrutar pessoal voluntariamente instável, que se aloja no próprio local de trabalho. Certos aspectos do funcionamento das empresas de construção ligam-se, deste modo, às atitudes do pessoal que é solicitado por esta actividade, sendo impossível destringir a causa e o efeito. Em geral, a marginalidade e instabilidade dos trabalhadores vindos do campo é um elemento constitutivo, causa e efeito, das condições de integração na empresa, que se poderão talvez sintetizar na forma simplificada como os trabalhadores compreendem a hierarquia, em termos duma dualidade autoridade-submissão, dualidade que efectivamente existe para além da complicação formal da hierarquia. Cabe também à empresa, por ser ela a detentora de meios, o rompimento deste círculo.

O que se referiu sobre os resultados da emigração dos trabalhadores, quer no aspecto geral das atitudes perante o novo meio, quer no que se relaciona com o trabalho, não é indicador dum saldo satisfatório.

A satisfação ou insatisfação dos trabalhadores leva-nos novamente ao contexto mais geral, para além da empresa, que nessa

³ 95 % dos trabalhadores entrevistados, no estudo que tem vindo a ser citado, aprenderam o ofício «com a prática», auxiliados apenas por conselhos casuais dos encarregados ou dos colegas de trabalho.

satisfação é apenas uma das causas (embora a intenção consciencializada pelo trabalhador, de procurar salário certo e mais elevado, pareça definir a satisfação dentro dos termos restritos geralmente considerados).

Seria indispensável relacionar as atitudes dos trabalhadores, ao julgarem a sua experiência industrial, com a «situação da sociedade», com certos aspectos da «mentalidade» vigente. No estudo que temos vindo a mencionar, detectaram-se, como factores interferindo no grau de satisfação e de optimismo em relação ao futuro, a idade, o nível de instrução, a mobilidade monetariamente compensadora, as possibilidades de promoção (esta, aliás, imprecisa), e intimamente ligado a estes um aspecto que poderemos designar por «irracionalidade». Essa «irracionalidade» manifesta-se na própria dificuldade de verbalizar e/ou de formar ideias e opiniões, por parte dos trabalhadores e num subjectivismo e conformismo das suas atitudes, o que provoca opiniões contraditórias e desajustadas: se muitos trabalhadores acreditam em possibilidades extraordinárias de promoção pessoal, muito poucos têm projectos concretos nesse sentido, e uma maioria deseja o regresso ao campo. Transposta para termos gerais, essa «irracionalidade» pode adquirir novo sentido, e tornar-se um indicador duma «mentalidade geral» que encara a indústria e o progresso técnico como uma espécie de «mal necessário», ou pelo menos como um valor não integrável, cuja principal vantagem será o de permitir restabelecer um equilíbrio perdido, um regresso a antigos esquemas. Sob este ponto de vista, a «satisfação» dos trabalhadores terá de ser julgada também pela concordância das suas atitudes com essa mentalidade. Se a intenção de provisório na emigração, e o desejo de regressar e comprar «umas terras», denota um apego, individual, a um modo de vida rural, uma das formas desse apego é a aprovação tácita que o indivíduo sente no grupo social onde se integra, e não só aí, como também na sociedade em geral. Com efeito, a aprendizagem «improvisada», e as poucas possibilidades de promoção que as empresas oferecem (a promoção seria a forma válida de integração na indústria), e a segregação em que as estruturas urbanas mantêm os trabalhadores vindos do campo, podem ser tomadas como recusa implícita a qualquer evolução.

A «irracionalidade» não existe, portanto, apenas nas atitudes dos trabalhadores, mas igualmente nas atitudes duma sociedade que vê na migração um facto inevitável, e que se recusa a aceitar conscientemente esse facto. A aceitação do facto implica uma imediata recorrência a políticas e meios que transformem um facto inevitável num facto benéfico; os aspectos essenciais dessas políticas e desses meios sobressaem numa primeira abordagem do problema, numa primeira reflexão.

Por outro lado, parece tornar-se igualmente evidente que as recomendações gerais que se podem fazer no sentido duma infor-

mação, duma orientação e integração dos trabalhadores rurais emigrados para a indústria, não bastam. Muito pelo contrário, para que o primeiro passo duma consciencialização não resulte numa objectivação apressada, em que o fenómeno migratório continuaria a ser encarado como um facto estranho ao contexto social, e apenas suportado por estruturas expressamente criadas para esse fim, é necessário reconhecer que o problema da migração não é separável do conhecimento duma evolução geral.

*Maria
Celeste
Leite
dos Reis*

O aprendiz no meio industrial português: contribuição para o seu estudo *

1. Introdução

Ao empreender-se o estudo dos resultados obtidos por um grupo de aprendizes a uma bateria de testes psicotécnicos, procurou-se:

- contribuir para o conhecimento das possibilidades potenciais de natureza psicomotora e intelectual dos aprendizes do meio industrial do país;
- encontrar os meios que levem ao racional aproveitamento e desenvolvimento dessas possibilidades.

Os rapazes que foram examinados e cujos resultados se vão analisar são aprendizes do forno numa fábrica de indústria vidreira implantada num pequeno centro populacional da província; muitos foram recrutados nos meios rurais circundantes. As suas idades variam entre os 12 e os 18 anos. Todos frequentaram a escola primária e alguns frequentaram ou frequentam ainda a Escola Técnica. Eram, na totalidade, 82.

A estes aprendizes foi feito um exame psicotécnico orientado para a avaliação dos seguintes «items»:

- aptidão psicomotora (segurança e coordenação de movimentos);
- aptidão intelectual (inteligência geral — factor g — e inteligência prática — factor K).

* A presente nota é um condensado do estudo com o mesmo título, realizado no Serviço de Produtividade do Instituto Nacional de Investigação Industrial.